

A geopolítica e a territorialização da soja no Estado do Paraná

Geopolitics and the territorialization of soy in the State of Paraná

La geopolítica y la territorialización de la soja en el Estado de Paraná

João Matheus Afinovicz de Lima  

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Guarapuava (PR), Brasil
joaoafinovicz158@gmail.com

Márcia da Silva  

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Guarapuava (PR), Brasil
marcia.silvams@gmail.com

Elisa Pinheiro de Freitas  

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba (MG), Brasil
elisa.freitas@uftm.edu.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar como a expansão da soja no Estado do Paraná (Brasil) transcende impactos locais, integrando-se a dinâmicas globais. No Paraná, a produção de commodities está fortemente ligada ao mercado internacional, influenciada por corporações multinacionais e acordos comerciais. A geopolítica revela desigualdades na disputa territorial, com grandes empresas e cooperativas agroindustriais dominando vastas áreas, enquanto pequenos produtores e comunidades tradicionais enfrentam dificuldades para se manter. O estudo examina a produção de commodities e a geopolítica da soja no Estado, destacando o papel da territorialização, que envolve a apropriação e reconfiguração do espaço por atores do agronegócio, impulsionada por infraestrutura voltada à exportação. Com base em revisão bibliográfica e análise de dados obtidos através do Ipardes e IBGE, os resultados indicam que o avanço da soja reflete não apenas a busca por novas áreas agrícolas, mas também pressões globais ligadas à exportação de alimentos e biocombustíveis. A construção de estradas e portos fortalece a concentração de poder nas mãos de grandes corporações, consolidando um "espaço corporativo" focado na otimização do fluxo de mercadorias. Assim, a soja no Paraná exemplifica a interconexão entre território, territorialização e geopolítica no agronegócio globalizado.

Palavras-chave: Soja. Territorialização. Geopolítica. Agronegócio. Paraná.

Abstract



The present article aims to analyze how the expansion of soybeans in the state of Paraná (Brazil) transcends local impacts, integrating into global dynamics. In Paraná, the production of commodities is strongly linked to the international market, influenced by multinational corporations and trade agreements. Geopolitics reveals inequalities in territorial disputes, with large companies and agro-industrial cooperatives dominating vast areas, while small producers and traditional communities face difficulties in maintaining themselves. The study examines the production of commodities and the geopolitics of soybeans in the state, highlighting the role of territorialization, which involves the appropriation and reconfiguration of space by agribusiness actors, driven by infrastructure aimed at exportation. Based on a literature review and data analysis obtained from IPARDES and IBGE, the results indicate that the expansion of soybeans reflects not only the search for new agricultural areas but also global pressures linked to the export of food and biofuels. The construction of roads and ports strengthens the concentration of power in the hands of large corporations, consolidating a "corporate space" focused on optimizing the flow of goods. Thus, soybeans in Paraná exemplify the interconnection between territory, territorialization, and geopolitics in the globalized agribusiness.

Keywords: Soybean. Territorialization. Geopolitics. Agribusiness. Paraná.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar cómo la expansión de la soja en el estado de Paraná (Brasil) trasciende los impactos locales, integrándose en dinámicas globales. En Paraná, la producción de soja está estrechamente vinculada al mercado internacional, influenciada por multinacionales y acuerdos comerciales. La geopolítica revela desigualdades en la disputa territorial, con grandes empresas y cooperativas agroindustriales dominando vastas áreas, mientras que pequeños productores y comunidades tradicionales enfrentan dificultades para mantenerse. El estudio examina la producción de commodities y la geopolítica de la soja en el estado, destacando el papel de la territorialización, que implica la apropiación y reconfiguración del espacio por actores del agronegocio, impulsada por infraestructura orientada a la exportación. A partir de una revisión bibliográfica y el análisis de datos del IPARDES y el IBGE, los resultados muestran que la expansión de la soja no solo responde a la búsqueda de nuevas áreas agrícolas, sino también a presiones globales relacionadas con la exportación de alimentos y biocombustibles. La construcción de carreteras y puertos refuerza la concentración de poder en manos de grandes corporaciones, consolidando un "espacio corporativo" enfocado en la optimización del flujo de mercancías. Así, la soja en Paraná ejemplifica la interconexión entre territorio, territorialización y geopolítica en el agronegocio globalizado.

Palabras-clave: Soja. Territorialización. Geopolítica. Agronegocio. Paraná.

Introdução

A expansão da soja no Brasil levanta preocupações que vão além dos impactos ambientais e sociais locais, como desmatamento e degradação do solo. Com o planejamento de novas infraestruturas, essa expansão pode se intensificar, gerando efeitos regionais de grande escala. No entanto, essas análises muitas vezes ignoram os processos globais que impulsionam essa expansão. O cultivo de soja no Estado do Paraná, localizado na Região Sul, está conectado ao mercado internacional, onde a demanda por commodities agrícolas é influenciada por decisões de corporações

multinacionais e acordos comerciais. A produção de soja faz parte de uma rede global, e seu crescimento precisa ser entendido dentro das dinâmicas econômicas e geopolíticas que o impulsionam (Dowbor, 2017).

Plantada e introduzida no Brasil no final da década de 1920, a soja teve o começo da sua produção em grande escala datada entre 1925 e 1935 (Embrapa, 2024). A primeira tentativa de cultivo no país ocorreu em 1927, quando uma pequena quantidade de sementes foi trazida dos Estados Unidos, mas as condições do clima brasileiro não eram favoráveis para seu desenvolvimento (Embrapa, 2024).

Foi apenas nas décadas de 1940 e 1950 que a soja começou a ser cultivada em maior escala, especialmente no Sul do Brasil, mais precisamente no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que possuem um clima mais propício para o cultivo da leguminosa. O impulso definitivo para o crescimento da produção aconteceu nas décadas de 1970 e 1980, quando o governo brasileiro incentivou a expansão da soja para a Região Centro-Oeste, em particular o Estado de Mato Grosso (Fajardo, 2016).

Esse crescimento foi impulsionado por políticas de incentivo à produção agrícola, como financiamentos e programas de pesquisa, como o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desenvolveu variedades de soja adaptadas às condições climáticas do Brasil. A partir da década de 1990, o país começou a se tornar um dos maiores produtores e exportadores de soja do mundo, uma posição que mantém até hoje, com destaque para o mercado de exportação para a China (Embrapa, 2024).

Desse modo, como o Paraná fez parte da introdução da soja no Brasil, a territorialização da soja no Estado envolve a apropriação e reconfiguração do espaço geográfico por atores do agronegócio, que utilizam estratégias para consolidar seu controle sobre o território (Bulhões, 2007). Esse processo é marcado pela construção de infraestruturas, como estradas, ferrovias e portos, que facilitam o escoamento da produção para o mercado global. A territorialização também se manifesta na concentração de terras nas mãos de grandes corporações e cooperativas agroindustriais, que dominam vastas áreas, enquanto pequenos produtores e comunidades tradicionais são marginalizados ou deslocados (Elias, 2006). Esse fenômeno reflete uma lógica de acumulação de capital que prioriza a eficiência econômica em detrimento da justiça social e da sustentabilidade ambiental (Dowbor, 2017).

Do ponto de vista da geopolítica, a expansão da soja no Paraná está inserida em um contexto global de competição por recursos naturais e mercados (Ipardes, 2024). A demanda internacional por alimentos e biocombustíveis, especialmente de países da União Europeia e China, exerce pressão sobre a produção brasileira, reforçando a dependência do país em relação às flutuações do mercado global. Além disso, as corporações multinacionais são centrais nesse processo, influenciando políticas públicas e acordos comerciais que beneficiam seus interesses (Blum, 2015). A geopolítica da soja revela uma assimetria de poder, em que atores globais dominam a cadeia produtiva, enquanto os impactos sociais e ambientais recaem sobre as comunidades locais (Elias, 2002).

Essa dinâmica é uma expressão do neoliberalismo, que reorganiza o espaço geográfico para atender às demandas do mercado global (Santos, 1994). A integração do Paraná aos circuitos internacionais de commodities consolida um "espaço corporativo", voltado para a otimização do fluxo de mercadorias e a maximização dos lucros. No entanto, essa integração também gera conflitos territoriais, desigualdades socioeconômicas e desafios ambientais, que precisam ser enfrentados por meio de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis (Nunes; Parré, 2013). Assim, a expansão da soja no Paraná exemplifica a complexa interação entre territorialização, geopolítica e globalização no contexto do agronegócio.

Desse modo, o avanço da soja no Paraná não se limita à busca por novas áreas agrícolas, mas reflete, sobretudo, pressões globais por alimentos e biocombustíveis, políticas de incentivo à exportação e a integração do estado em cadeias de valor globalizadas. A construção de novas infraestruturas, como estradas, ferrovias e melhoramento de portos, fortalece a concentração de poder nas mãos de grandes corporações, transformando o território em um "espaço corporativo" que conecta as áreas de cultivo aos mercados internacionais. Esse processo evidencia a reconfiguração do espaço geográfico em função das demandas do agronegócio globalizado, consolidando uma lógica de produção e circulação voltada para a maximização de lucros e a otimização do fluxo de mercadorias (Macedo; Júnior, 2019).

O objetivo deste trabalho é analisar a produção e a geopolítica da soja no Paraná, destacando as dinâmicas territoriais e os atores envolvidos nesse processo. Na primeira parte, explora-se o significado contemporâneo de geopolítica e territorialização

na geografia, relacionando esses conceitos ao complexo agrícola da soja no Estado e sua inserção em escalas globalizadas. A geopolítica, nesse contexto, permite compreender as assimetrias de poder e as desigualdades que caracterizam a disputa por territórios, enquanto a territorialização revela as estratégias de apropriação e reconfiguração do espaço por parte dos agentes do agronegócio. Em agrupamento na primeira parte, consideram-se a metodologia e também a caracterização da área de estudo.

A segunda parte do estudo analisa as estratégias espaciais e temporais das corporações agroindustriais, que atuam de forma coordenada para expandir sua influência sobre o território paranaense. São examinadas as tendências de expansão da soja no estado, a modernização tecnológica e as políticas públicas que favorecem o setor.

Por fim, a terceira parte do trabalho aborda os caminhos da soja e o destino de sua produção no mundo globalizado. A análise destaca como a soja paranaense é incorporada a cadeias de valor que se estendem para além das fronteiras nacionais, atendendo à demanda por commodities agrícolas em países da Ásia e da União Europeia. Discutem-se também os impactos socioambientais decorrentes dessa expansão, como a concentração de terras, o deslocamento de comunidades tradicionais e a degradação dos ecossistemas locais. Ao mesmo tempo, reflete-se sobre as possibilidades de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, que equilibre os interesses econômicos com a preservação ambiental e a justiça social.

A fim de assegurar a consistência e a qualidade dos dados, serão incorporadas informações coletadas dos anos 1980 a 2024, provenientes de instituições públicas e privadas essenciais para a sistematização dos dados econômicos do Paraná. Entre essas instituições, destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Dessa forma, este trabalho busca contribuir para a compreensão das complexas interações entre território, geopolítica e globalização no contexto da produção de soja no Paraná, evidenciando os desafios e as contradições inerentes ao agronegócio contemporâneo.

Territorialização e geopolítica como conceitos norteadores

A geopolítica examina as formas de exercício do poder na gestão dos territórios, indo além das esferas militares do Estado para abranger setores como planejamento, agricultura, desenvolvimento e meio ambiente (Karl, 2018; Giddens, 2009). Envolve também a participação de atores da sociedade civil, universidades e institutos de pesquisa, refletindo a complexidade das interações entre poder e território (Braudel, 1995).

Desde a antiguidade, avanços tecnológicos foram fundamentais para expandir o conhecimento territorial e definir áreas estratégicas de poder, com regiões ricas em recursos frequentemente se tornando centros de disputa (Braudel, 1995). A geografia política, como subcampo, analisa a evolução dos Estados e territórios, destacando a interação de múltiplos atores. Assim, o poder sobre o território resulta de decisões políticas, econômicas e sociais, tornando o espaço geográfico uma arena de constantes disputas e negociações (Agnew, 2012).

Friedrich Ratzel (1906) é amplamente reconhecido como o pioneiro da geografia política e geopolítica, estabelecendo as bases para o estudo da relação entre espaço e poder. Sua visão fundamentou a disciplina, que logo passou a ser expandida e reinterpretada por outros teóricos (Glacken, 2006).

Segundo Sorre (1984), Ratzel afirmava que os três domínios (o terrestre, o aquaviário e o aéreo) seriam o palco do exercício do poder no território, pois:

Em cada um deles, podemos seguir o avanço progressivo dos homens em face dos obstáculos geográficos, avanço condicionado à adaptação das técnicas, à especialização das máquinas e das rotas. O conjunto das rotas nos três domínios, juntamente com as instalações de seus pontos nodais, forma a rede universal da circulação. O conhecimento não será completo, a menos que associemos o estudo das rotas ao estudo das trocas de que é instrumento. (Sorre, 1984, p. 95).

O geógrafo francês Camille Vallaux (1928), oferece uma crítica relevante ao trabalho de Ratzel, ampliando a análise geopolítica ao enfatizar a interdependência entre o território e a formação dos Estados. Vallaux (1928) descreve que logística e circulação são elementos centrais de reflexão da geopolítica, pois a análise e intervenção nos territórios contemporâneos, permeiam as relações sociais e os diversos arranjos de poder

presentes em diferentes escalas geográficas. Ela se manifesta de maneira onipresente, impulsionada pelos movimentos de pessoas, mercadorias e informações (Muehe, 2022).

Já a teoria de Halford Mackinder, proposta em 1905, enfatiza a importância estratégica da região da Eurásia, chamada de "*Heartland*" ou "Coração do Mundo". Mackinder (1905) argumentava que qualquer potência que controlasse o *Heartland* teria o poder de dominar o mundo, uma vez que essa vasta região, rica em recursos naturais e estrategicamente posicionada, é o centro geopolítico de conexão entre a Europa, Ásia e o Oriente Médio (Brzezinski, 1997).

Além do *Heartland*, Spykman (2020) introduziu o conceito de *Rimland*, que se refere às áreas ao redor do *Heartland*, como as regiões costeiras da Europa, Ásia e Oriente Médio, e que são igualmente importantes para o equilíbrio de poder global (Spykman, 2020). O *Rimland*, embora não seja o centro estratégico da Eurásia, desempenha um papel importante em influenciar a dinâmica de poder devido à sua proximidade com o *Heartland* e à importância de seu controle para potências externas que buscam limitar o poder de quem controla o Coração do Mundo (Agnew, 2003).

No contexto da agroindústria, a teoria do *Rimland* tem relevância porque muitas das grandes cooperativas e corporações agroindustriais atuam justamente em áreas ao longo das costas e em regiões agrícolas estratégicas, que estão muitas vezes situadas no *Rimland*, entre elas, a China. O controle dessas regiões não se dá apenas pela produção, mas também pelo controle das rotas de comércio e distribuição, que são fundamentais para as economias mundiais.

A relação entre o *Rimland* e a agroindústria pode ser vista nas interações entre os países produtores e consumidores dessas commodities. O controle sobre essas áreas, tanto do ponto de vista geopolítico quanto econômico, permite às grandes potências e corporações influenciarem os fluxos comerciais globais (Kaplan, 2009).

Desse modo, Thery e Neto (2023) enfatizam que a logística, do ponto de vista geopolítico, integra estratégias de controle e integração territorial, e são fundamentais para consolidar o Estado em seu território. Inicialmente ligada à inteligência militar, a logística evoluiu para abarcar atividades essenciais ao planejamento nacional. Tecnologias como a navegação a vapor, ferrovias e aviação revolucionaram a geopolítica, tornando o controle de rotas de transporte um elemento central de poder.

Além do campo militar, a logística tornou-se instrumento de controle social, especialmente com a transição para o "Estado de governo", que, a partir do final do século XIX, adotou práticas intervencionistas e disciplinadoras (Brenner, 1994). Segundo Foucault (1979), esse poder governamental utiliza a organização e disposição do espaço como meios de dominação e controle social.

Aplicando essa análise ao Estado do Paraná, podemos observar como o poder estatal reconfigura o espaço por meio da criação de infraestruturas, redes de transporte e comunicação, que não apenas conectam áreas estratégicas, mas também controlam fluxos e estoques de recursos (Blum, 2015). Isso vai de encontro ao que Lefebvre (1978) observa, onde o Estado produz seu próprio espaço, implementando uma malha de controle técnico e político, que serve tanto aos interesses estratégicos nacionais quanto aos interesses particulares locais.

No caso do Paraná, o desenvolvimento de infraestrutura, como a construção de rodovias e projetos de integração de ferrovias, reflete essa dinâmica de controle espacial. Por exemplo, o eixo rodoviário que conecta o porto de Paranaguá ao interior do Estado não apenas facilitou o escoamento de produtos agrícolas e industriais, mas também reforçou a integração do estado à economia nacional e internacional (Souza; Nascimento, 2007). Além disso, a expansão das fronteiras agrícolas no oeste do Paraná durante as décadas de 1960 e 1970 exemplifica a imposição dessa malha de controle, na qual grandes projetos de colonização e modernização agrícola foram incentivados pelo Estado, muitas vezes em detrimento das populações locais e indígenas (Oliveira; Iglesias, 2002).

O projeto de construção da Nova Ferroeste interligando os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina por meio de ferrovias, também demonstra como as estratégias são configuradas no território brasileiro (Ferroeste, 2024). Nessas iniciativas de projetos conta-se tanto com o poder estatal quanto o poder privado nacional e internacional para tirar o projeto o papel. Nesse caso podemos perceber com clareza como as questões globais influenciam nas questões regionais dentro de um país, uma vez que essas influências são geridas com interesses particulares dos atores que estão envolvidos, além é claro, dos interesses e as relações diplomáticas (Becker, 2005).

Dessa forma, a logística e a estratégia espacial do Estado no Paraná se articulam em uma rede de controle, conexões e circuitos, que reforçam a ordem espacial vinculada

a interesses subjetivos, muitas vezes em oposição aos interesses gerais. Tal processo revela as contradições entre o espaço logístico estatal, voltado para o controle e a eficiência, e o espaço vivido, onde as práticas cotidianas e os interesses locais se manifestam de forma divergente. Becker (2005, p. 286) descreve que a logística “[...] realiza verdadeiro ordenamento territorial em rede densa e ramificada, envolvendo inúmeras localizações em áreas, em pontos, e fluxos variados e multidirecionados, que articulam suas atividades e dela com outros grupos”. A revolução tecnológica, impulsionada pelos avanços na microeletrônica e comunicação, transformou as concepções geopolíticas e logísticas, reorganizando a economia, a sociedade e a política em torno da informação e do conhecimento. Para Manuel Castells (2002), essa nova organização baseia-se no controle de redes técnicas e fluxos, enquanto Paul Virilio (1984) destaca que a logística passou a focar na gestão do tempo e dos fluxos de informação e mercadorias, além da movimentação física.

Contudo, para Moñivas Lazáro (1994), o território apresenta uma complexidade polissêmica a qual estamos falando, refletida em seu uso em diferentes áreas das ciências sociais e humanas. Sua interpretação varia conforme as tradições teóricas, as escolas de pensamento e os paradigmas nos quais é empregado. Essa diversidade também se estende a termos derivados ou correlatos, como territorialidade, multiterritorialidade, territorialização e desterritorialização, que carregam significados distintos dependendo do contexto em que são aplicados (Bilbao, 2024).

Assim, ao discutirmos o conceito de territorialização no contexto do complexo da soja no Paraná, é necessário compreendê-lo como um processo dinâmico e multidimensional, que envolve a apropriação, organização e reconfiguração do espaço geográfico por atores do agronegócio. A territorialização da soja não se limita a simples ocupação física do território, mas abrange estratégias de controle e gestão que visam a otimizar a produção, o escoamento e a comercialização da commodity em escala global. (Borges; Calaça, 2007). Esse processo é impulsionado por investimentos em infraestrutura logística, como estradas, ferrovias e portos, que conectam as áreas produtoras aos mercados internacionais, consolidando um "espaço corporativo" voltado para a eficiência econômica (Dowbor, 2017).

De acordo com Haesbaert (2004), o território é definido pelas relações sociais, econômicas, políticas e ambientais, considerando o contexto histórico. Ele deve ser

compreendido de forma multidimensional, abrangendo diferentes dimensões (produtiva, econômica, política, social, ambiental, cultural, educacional, material e imaterial), que interagem e contribuem para sua construção. Fernandes (2014) alerta que analisar essas dimensões isoladamente cria dicotomias artificiais e prejudica a compreensão da multiescalaridade, ou seja, das conexões territoriais desde o local até o nível internacional. Nesse contexto, os territórios são espaços onde os sujeitos sociais realizam seus projetos de vida, organizando-os conforme suas prioridades e decisões políticas.

Um exemplo disso é o agronegócio, que estrutura o território priorizando a produção e a comercialização de mercadorias. Fernandes (2009) observa que, mesmo quando um agente territorial foca suas ações em uma dimensão específica, as demais acabam sendo impactadas. Isso ocorre porque o território, por sua própria natureza, é simultaneamente multiescalar e multidimensional.

A compreensão do território em sua totalidade exige uma leitura dialética que considere os pares geradores de contradição, solidariedade e conflitividade. Essas relações são intrínsecas às dinâmicas sociais, pois o território está profundamente ligado à identidade dos indivíduos e grupos que o ocupam e se apropriam dele (Santos, 1994). Ele se encontra sob a influência de sujeitos ou grupos que detêm o poder de transformá-lo, tornando-o suscetível a mudanças constantes. Assim, a capacidade de construir e atribuir significados ao território se manifesta por meio de ações cognitivas e práticas intencionais, que produzem tanto territórios materiais quanto imateriais (Santos, 2002).

A conexão entre poder e territorialidade surge justamente dos planos teóricos e práticos de controle territorial, os quais são determinados por um conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas e sociais (Agnew, 2005; Allen, 2003). Em cada momento histórico, essas variáveis assumem uma essência específica, conferindo ao território uma configuração e um significado particular. Como afirma Santos (2002, p. 120), a territorialização está diretamente relacionada às relações de poder que atuam sobre um substrato referencial, delimitando espacialmente essas interações. Nesse sentido, a territorialidade remete àquilo que transforma qualquer espaço em um território, ou seja, às relações de poder que o definem e o organizam (Souza, 2000, p. 99).

Dessa forma, o território não é apenas um espaço físico, mas também uma construção social e política, moldada pelas relações de poder e pelas práticas dos atores que o ocupam (Santos, 2006). Essa perspectiva permite compreender como o território é constantemente reconfigurado, refletindo as dinâmicas de controle, disputa e significação que caracterizam cada contexto histórico e social (Harvey, 2001).

A compreensão integral do território exige uma abordagem dialética, que reconheça as contradições, solidariedades e conflitos inerentes às relações sociais. O território não é um mero espaço físico, mas um elemento essencial na construção da identidade dos indivíduos e grupos que dele se apropriam. Sendo dinâmico e suscetível a transformações, ele está sempre sujeito às ações e disputas pelo poder (Lefebvre, 1978).

A capacidade de construir e atribuir significados ao território está ligada ao conhecimento e às práticas intencionais dos agentes sociais, resultando em territórios que combinam dimensões materiais e imateriais, configurando a territorialização. O vínculo entre poder e território se manifesta nos mecanismos de controle espacial, moldados por variáveis econômicas, políticas e culturais ao longo da história, com novos significados e configurações a cada período (Santos, 2002). Nesse contexto, a territorialização reflete como as relações de poder se estruturam espacialmente, influenciando a organização e o uso do território, com a delimitação das relações de poder sobre um substrato específico (Souza, 2000).

Do ponto de vista geográfico, Haesbaert (2004) e Pecqueur (2006) abordam a territorialização considerando a multiplicidade de poderes exercidos pelos diferentes agentes envolvidos nos processos econômicos e políticos que moldam um território. As estratégias territoriais e os arranjos institucionais e produtivos contribuem para direcionar a funcionalidade de determinada porção do espaço, de acordo com os interesses desses agentes (Sassen, 2006).

Para Antonsich (2011), de maneira ampla, a territorialização configura um modelo de desenvolvimento social e econômico que pode impulsionar tanto a produção e a comercialização de determinados produtos quanto a dinamização de cadeias de serviços. Esse processo pode influenciar diretamente o crescimento de cidades, regiões e territórios onde tais dinâmicas se estabelecem. No contexto dos movimentos sociais rurais, a territorialização ocorre a partir da ação coletiva desses grupos, desafiando a

visão de que apenas grandes empresas e conglomerados seriam responsáveis pelas transformações territoriais (Antonsich, 2011).

A territorialização refere-se ao processo de formação e estruturação dos territórios, envolvendo a fixação humana e o domínio técnico sobre a terra, e está ligada à forma como os grupos sociais organizam e reorganizam o espaço, influenciando seu desenvolvimento (Paasi, 2003). Políticas agrárias centralizadas podem reforçar a atuação de grandes corporações, estruturando territórios conforme a lógica do capital global e limitando a participação de grupos sociais historicamente ligados à terra. Assim, a territorialização pode ser tanto um instrumento de inclusão e resistência quanto um mecanismo que reforça desigualdades e exclusão.

A territorialização envolve diferentes formas de organização social, percepções variadas do território e estratégias para ordená-lo, refletindo as relações de poder, interesses econômicos e políticos, além das especificidades culturais e ambientais de cada localidade (Brenner, 1999). Esse processo, do ponto de vista social, espacial e econômico, resulta da aplicação de técnicas e estratégias que consolidam nichos econômicos específicos no planejamento territorial, visando impulsionar atividades econômicas e dinamizar mercados locais e regionais (Brenner, 1999; Allen, 2003).

No caso do Paraná, a territorialização do agronegócio reflete essa dinâmica, uma vez que a soja se tornou um dos principais vetores econômicos do Estado. A expansão desse setor está diretamente ligada a políticas institucionais e jurídicas que favoreceram a modernização agrícola, a infraestrutura logística e o acesso aos mercados internacionais. Essa configuração territorial não apenas fortalece o modelo de grandes propriedades voltadas à exportação, mas também influencia as cadeias produtivas locais e a organização do espaço geográfico, estabelecendo uma rede interligada de produção, transporte e comercialização.

A territorialização do agronegócio no Paraná, portanto, exemplifica como os processos políticos e econômicos moldam os territórios, reforçando o papel do estado como um dos principais exportadores de commodities agrícolas. Ao mesmo tempo, essa dinâmica gera desafios relacionados à concentração fundiária, aos impactos ambientais e à exclusão de pequenos produtores, demonstrando que a territorialização pode assumir diferentes formas e consequências, dependendo dos agentes envolvidos e das políticas adotadas.

Procedimentos metodológicos

Esta seção tem como objetivo especificar e caracterizar a área de estudo, além de descrever de forma detalhada os métodos e metodologias empregados para a obtenção dos resultados desta pesquisa. A escolha das abordagens metodológicas é fundamental para garantir a precisão e a credibilidade da análise, tornando essencial a explicitação dos procedimentos adotados ao longo do estudo.

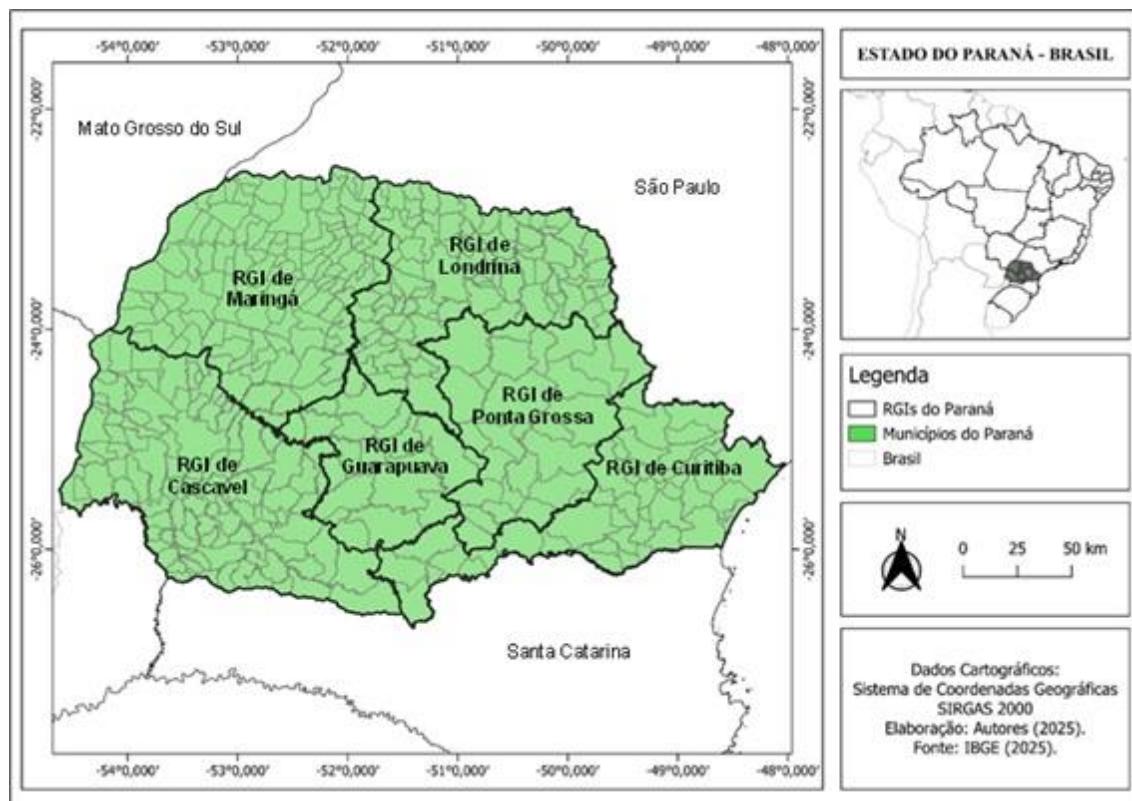
Sendo assim, o Paraná, localizado na Região Sul do Brasil, é composto por 399 municípios distribuídos em uma área de 199.880 km². A divisão territorial foi reformulada pelo IBGE com a introdução das Regiões Geográficas Intermediárias (RGIs), que substituíram as antigas mesorregiões. Desse modo, as Regiões Geográficas Intermediárias do Paraná são: a Região Geográfica Intermediária de Curitiba, a Região Geográfica Intermediária de Ponta Grossa, a Região Geográfica Intermediária de Londrina, a Região Geográfica Intermediária de Maringá e a Região Geográfica Intermediária de Cascavel.

De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2024, a população do Paraná atingiu 11,8 milhões de habitantes, representando 5,5% da população nacional. Na Figura 1 a seguir é possível observar a localização do Estado do Paraná bem como as Regiões Geográficas Intermediárias (RGIs) do Estado.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem metodológica bibliográfica, exploratória e descritiva. A escolha por essas abordagens visou à análise aprofundada das dinâmicas regionais e globais do complexo soja, a partir da coleta e análise de dados secundários. A pesquisa bibliográfica permite a construção teórica necessária, com base em autores que discutem metodologias quantitativas e qualitativas, como Godoy (1995) e Johnson e Wichern (1988), entre outros. Esses autores fornecem uma base teórica robusta para a análise de dados quantitativos e qualitativos, essencial para o desenvolvimento do estudo.

Além disso, a pesquisa teve como fontes livros e artigos científicos coletados em plataformas de pesquisa como Elsevier, Taylor & Francis, SciELO, Springer, CAPES, CLASE, Google Acadêmico e periódicos brasileiros de relevância, como a revista *Cerrados*.

Figura 1 – Mapa de localização das Regiões Geográficas Intermediárias (RGI) do Estado do Paraná



Fonte: IBGE (2025). Elaborado pelos autores.

Para garantir a consistência e a qualidade dos dados, também foram utilizados dados de instituições públicas e privadas que são importantes da sistematização dos dados econômicos do Paraná, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). As informações dessas instituições forneceram uma base empírica para a compreensão das dinâmicas do setor agrícola e do complexo soja, complementando a análise teórica e possibilitando uma descrição detalhada das características do setor e sua inserção nas dinâmicas globais.

A territorialização do complexo soja no Estado do Paraná

A produção de soja tem se consolidado como uma das principais commodities globais, e que são importantes tanto na indústria alimentícia humana quanto na

produção de ração animal. Entre 1980 e 2005, a demanda mundial por soja cresceu a uma taxa média anual de 5,5%, resultando em um aumento de 174,3 milhões de toneladas no consumo global. Nesse contexto, a América do Sul emergiu como uma região-chave na produção de soja, elevando sua participação de 30% para 47,8% da produção mundial até 2006. Nesse mesmo ano, Brasil e Argentina foram responsáveis por 91,8% do incremento da oferta global de soja, consolidando-se como líderes no fornecimento dessa commodity (Pinazza, 2007).

No Brasil, a expansão da produção de soja ganhou impulso significativo a partir da década de 1970. A área dedicada ao cultivo da soja saltou de 6,949 milhões de hectares para 23,467 milhões de hectares até 2010, tornando-se a cultura agrícola de maior expansão no país, representando 49% da área total destinada ao plantio de grãos (Embrapa, 2011).

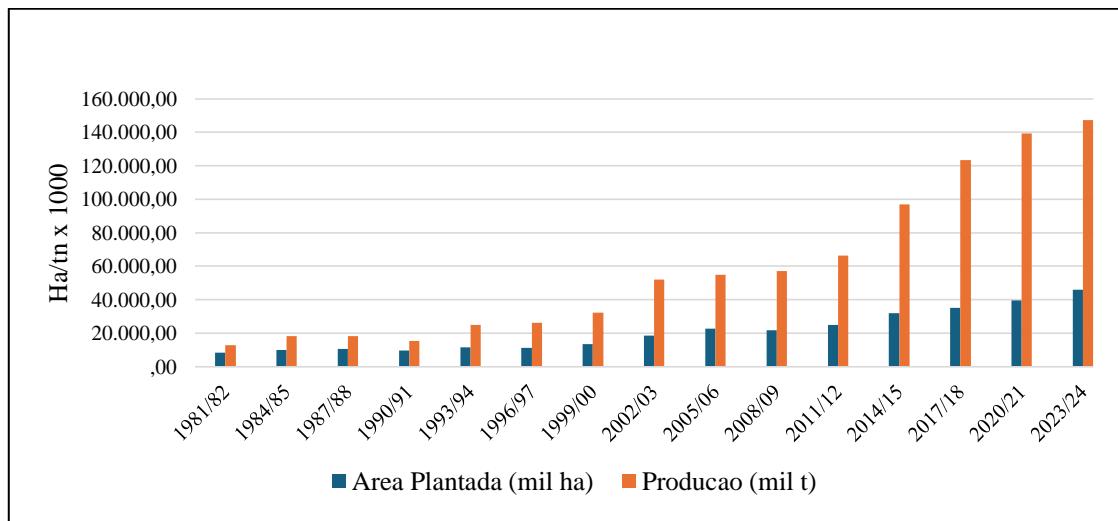
Como resultado, o Brasil se firmou como o segundo maior produtor mundial de soja, atrás apenas dos Estados Unidos. Esse crescimento foi impulsionado por uma combinação de fatores, incluindo avanços tecnológicos, melhorias no manejo das lavouras e o aumento da eficiência dos produtores. No entanto, o principal fator foi a expansão da fronteira agrícola, especialmente na Região Centro-Oeste, em áreas de Cerrado.

O aumento da produção de soja no Brasil está relacionado à consolidação do agronegócio e à inserção no mercado internacional de commodities, como destaca Delgado (2001). O fortalecimento do agronegócio brasileiro se deve à crescente demanda global, especialmente por soja, e à integração das cadeias produtivas com uma logística eficiente. No entanto, grandes corporações globais enfrentam pressões para garantir que seus produtos não estejam ligados ao desmatamento ilegal, o que pode afetar a competitividade do Brasil no mercado global, um desafio persistente em 2024.

O Gráfico 1 mostra a evolução da produção e da área colhida de soja no Brasil desde 1980, evidenciando um crescimento acelerado a partir de 1991, com a produção multiplicada por dez nos últimos 31 anos, refletindo os avanços tecnológicos e a expansão da área cultivada. A área colhida de soja no Brasil saltou de 10 milhões de hectare em 1981 por exemplo, para 46 milhões de hectare em 2024. Já a produção de soja acompanhou esse salto, pois em 1981 a produção de soja no Brasil era de

aproximadamente de 11 milhões de toneladas e em 2024 a produção bateu recorde, obtendo aproximadamente 150 milhões de toneladas do referido grão.

Gráfico 1 – Produção (mil t) e área colhida (mil ha) de soja no Brasil entre 1981 e 2023



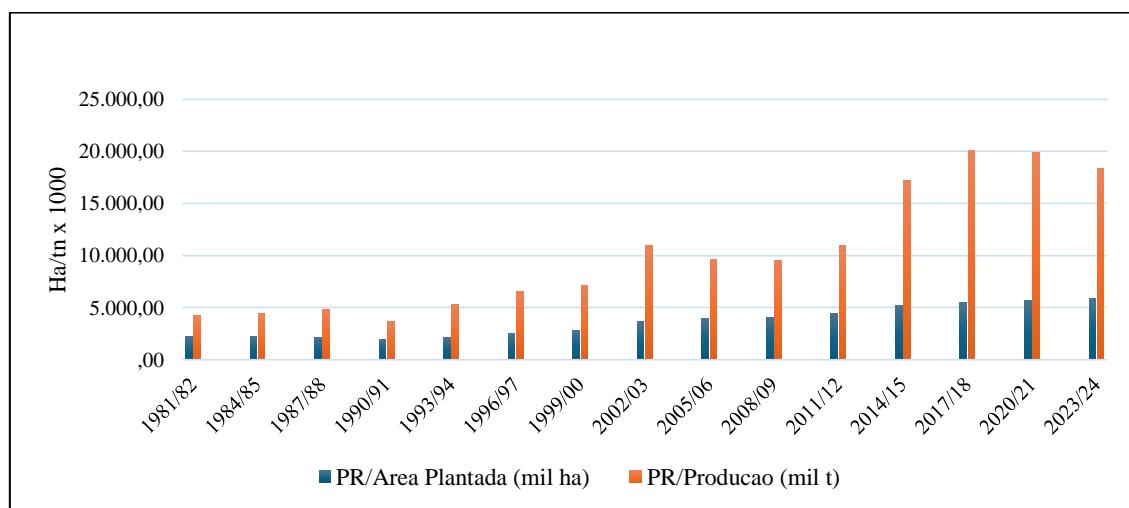
Fonte: Conab (2024). Elaborado pelos autores.

A modernização da agropecuária brasileira teve como principal expressão o cultivo da soja, que se tornou um dos pilares da produção agrícola nacional e do uso do solo, inicialmente no Sul e no Sudeste, e posteriormente no Centro-Oeste. Esse processo transformou o Brasil em um dos maiores produtores mundiais de soja, consolidando o país como um ator-chave no mercado global de commodities agrícolas (Embrapa, 2011).

A expansão da soja no Brasil reflete mudanças no desenvolvimento rural global, desde a modernização nos anos 1960 até a liberalização dos mercados e o empoderamento rural (Ellis; Biggs, 2005). Em 2023, o país atingiu um recorde de 150 milhões de toneladas em 47 milhões de hectares (Embrapa, 2023). No Paraná, a produção cresceu de 3,5 milhões de toneladas em 1970 para 11 milhões em 2000, tornando-se o segundo maior produtor nacional, atrás de Mato Grosso (Ipardes, 2023). Esse crescimento foi impulsionado pela demanda global, investimentos estatais em infraestrutura e inovação da Embrapa, que desenvolveu variedades adaptadas e técnicas de manejo. A melhoria da logística com rodovias, portos e armazéns reduziu custos, consolidando a soja como base do agronegócio paranaense.

A modernização das práticas agrícolas e a mecanização das lavouras no Paraná contribuíram para a profissionalização do setor e aumento da eficiência produtiva. O uso de tecnologia avançada nos maquinários e a capacitação dos produtores elevaram a produtividade por hectare, colocando o Estado entre os mais produtivos do país. O Gráfico 2 mostra a evolução da produção de soja no Paraná entre 1980 e 2024, destacando seu crescimento contínuo e o papel importante da soja na economia estadual. Pode-se observar que em 1981 a área colhida de soja ficava em torno de 3 milhões de hectares no Paraná, enquanto em 2024 a área colhida aumentou para aproximadamente 5,2 milhões de hectares de área colhida. Já a produção da soja acompanhou esse acréscimo, pois em 1981 a produção de soja foi em torno de 4 milhões de toneladas e em 2024 a produção chegou a 18 milhões de toneladas.

Gráfico 2 – Produção (mil t) e área colhida (mil ha) de soja no Paraná entre 1981 e 2023



Fonte: Conab (2024). Elaborado pelos autores.

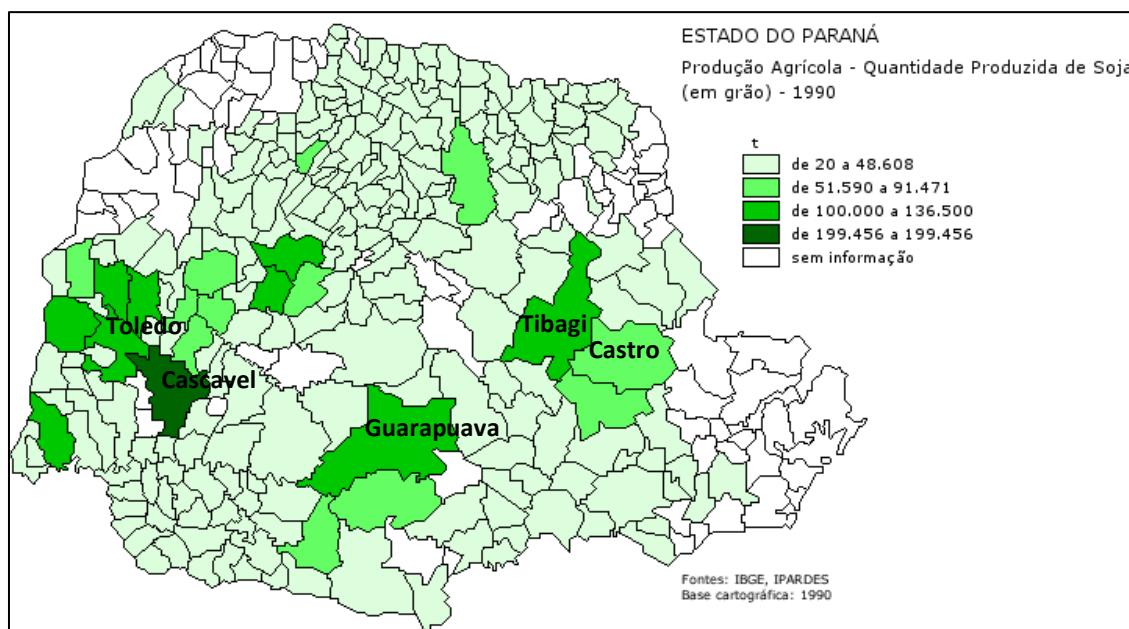
A produção de soja no Paraná cresceu significativamente desde 2011, passando de 14,2 milhões de toneladas em 2012/2013 para uma estimativa de 18,23 milhões em 2023/2024 (Conab, 2024). Esse aumento reflete tanto a expansão da área plantada quanto os avanços tecnológicos no cultivo e manejo. No entanto, a expansão da soja trouxe desafios, como a substituição de pastagens e outras culturas, impactando a biodiversidade e pressionando os recursos naturais. O uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes gerou preocupações ambientais, enquanto a concentração de terras em

grandes propriedades agravou conflitos fundiários e a expulsão de pequenos produtores, acentuando desigualdades sociais no campo.

A Figura 2 apresenta o mapa que ilustram a distribuição da produção de soja nos municípios do Paraná no ano de 1990. Em 1990, observa-se uma expansão significativa das áreas cultivadas com soja no Paraná, avançando para o Centro-Sul e Sudoeste do estado. Municípios como Pato Branco e Guarapuava emergiram como polos produtivos, evidenciando a expansão da fronteira agrícola e a adoção de técnicas modernas de cultivo.

A redistribuição da produção em 1990 reflete o aumento da demanda pela *commodity*, os avanços tecnológicos e as políticas públicas de incentivo à agricultura, fatores que consolidaram a soja como um dos principais pilares da economia paranaense.

Figura 2 – Espacialização da soja nos municípios do Paraná em 1990



Fonte: Ipardes (2024).

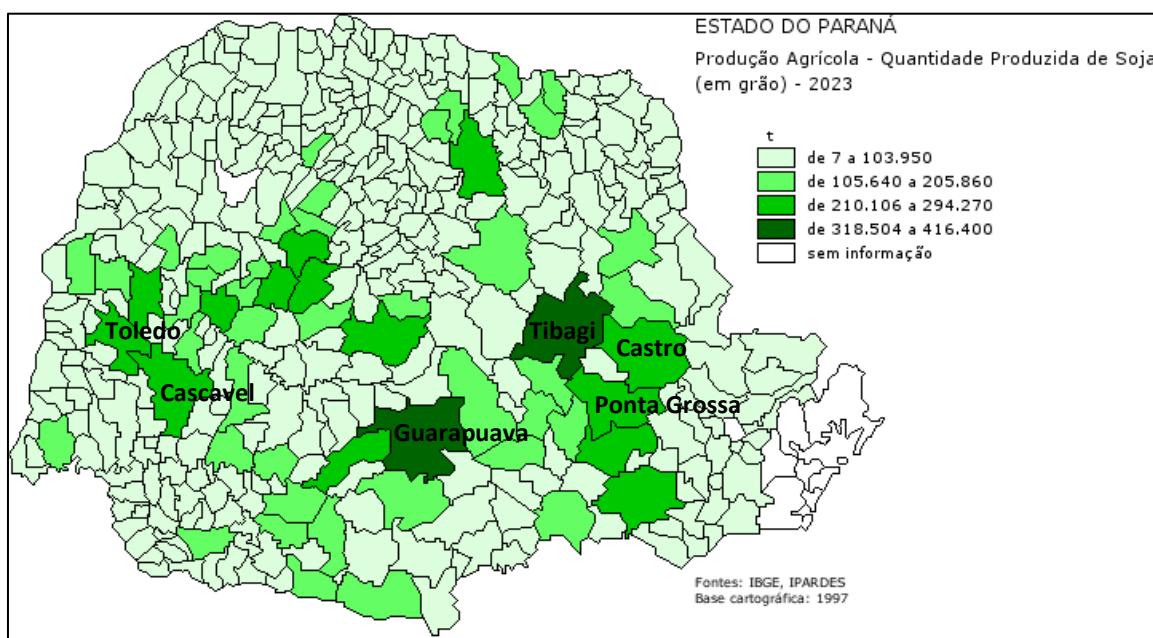
Ao longo da primeira década do século XXI, o Paraná consolidou-se como um dos maiores produtores de soja no Brasil, com destaque para as RGIs de Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa. Municípios como Toledo, Cascavel, Tibagi e Guarapuava lideraram a produção estadual, refletindo o caráter estratégico da cultura para a economia agrícola do Estado. Em 2023, o Paraná reafirmou sua posição como um dos

maiores produtores nacionais, com uma área plantada de 5,7 milhões de hectares e uma produção estimada em 18,5 milhões de toneladas, conforme dados do Deral e Conab (2024).

Além dos tradicionais polos produtores, municípios como Guarapuava e Ponta Grossa emergiram como importantes centros produtivos, especialmente na região centro-sul. A expansão da soja foi impulsionada por condições favoráveis de clima, solo e infraestrutura, que consolidaram a posição das RGIs destacadas como líderes na produção agrícola.

Na Figura 3, observa-se a distribuição espacial dos municípios com os maiores índices de produção de soja no Paraná ao longo da segunda década do século XXI, com ênfase para o ano de 2023. Nesse ano, os municípios de Tibagi, Toledo, Cascavel e Guarapuava consolidaram suas posições como grandes produtores de soja no Paraná, com destaque especial para Tibagi, que lidera o Estado, e para Guarapuava e seus municípios vizinhos, que vêm crescendo significativamente na produção de soja.

Figura 3 – Espacialização da soja nos municípios do Paraná em 2023



Fonte: Ipardes (2024).

Em 2023, Tibagi foi o maior produtor de soja do Paraná, com 416.400 toneladas e 97.500 hectares plantados. Toledo e Cascavel, ambos tradicionais na produção de soja, também mantiveram produções significativas, com Toledo alcançando 230.584

toneladas e Cascavel cerca de 294.270 toneladas. Guarapuava, por sua vez, registrou um crescimento expressivo, com uma produção de 318.504 toneladas em 2023, consolidando-se como um novo polo agrícola no centro-sul do Estado. Desde 2018, a produção de soja em Guarapuava tem se mantido acima de 280 mil toneladas. A única região do Paraná que não faz cultivo de soja atualmente é a região litorânea.

De acordo com Fajardo (2016), até a década de 1990, o modelo agrário do Paraná era fortemente baseado no cooperativismo, com produtores rurais associados para processar e comercializar seus produtos de forma coletiva. No entanto, a partir dos anos 1990, as cooperativas agropecuárias passaram por um processo de modernização, adotando estratégias empresariais para competir em um mercado globalizado. Esse movimento priorizou grandes produtores e alterou o perfil dos cooperados, além de transformar a identidade das cooperativas, muitas das quais incorporaram o termo "agroindustrial" em suas denominações.

Delgado (1985) descreve essa transformação como o surgimento da "multicooperativa", uma entidade diversificada em setores e espaços, enquanto Müller (1989) aborda a "modernização tecnoeconômica", marcada pela industrialização agrícola e pelo uso intensivo de tecnologia. Essas mudanças não apenas modernizaram as práticas agrícolas, mas também transformaram as relações sociais e políticas no campo. O chamado "Padrão Agrário Moderno" integrou agricultura e indústria, criando cadeias produtivas interdependentes e fortalecendo o agronegócio.

No Paraná, cooperativas como Agrária, Coamo, Copacol e Frísia destacam-se nacional e internacionalmente por seu impacto econômico e capacidade de adaptação ao mercado global. Essas organizações uniram pequenos e médios produtores, promovendo ganhos de escala, acesso a tecnologias avançadas e inovação. Como resultado, consolidaram-se como pilares do agronegócio paranaense, contribuindo para o desenvolvimento regional e a geração de empregos.

A Coamo, sediada em Campo Mourão, é um exemplo emblemático dessa evolução. Reconhecida como líder no setor agrícola, ocupa a 7^a posição em faturamento *per capita*, com uma ampla diversificação de atividades. Outras cooperativas, como C. Vale e Cooperativa Lar, também ilustram a competitividade do modelo paranaense, ocupando, respectivamente, a 41^a e a 199^a posição global em faturamento. Essas cooperativas atuam não apenas na produção de grãos e carnes, mas também na

exportação, consolidando o agronegócio do estado em escala internacional (WCM, 2023).

O protagonismo das cooperativas paranaenses é evidenciado pelo ranking global de faturamento *per capita*, no qual 11 delas figuram entre as maiores do mundo, segundo a World Cooperative Monitor (2023). Além da C. Vale e da Cooperativa Lar, destacam-se Cocamar (73^a), Copacol (83^a), Agrária (108^a), Integrada (114^a), Castrolanda (115^a), Frimesa (119^a), Frísia (139^a) e Coopavel (147^a). Esse desempenho reflete não apenas sua capacidade produtiva, mas também a eficiência na gestão e no retorno econômico gerado para seus associados. A presença dessas cooperativas no cenário global demonstra o elevado nível de organização e a capacidade de adaptação às demandas de um mercado cada vez mais complexo e competitivo.

A relação entre o Estado e as cooperativas no Paraná, marcada por incentivos como apoio técnico e crédito facilitado, fortaleceu o cooperativismo como motor do desenvolvimento regional, especialmente no agronegócio (Fajardo, 2016). Legislações favoráveis, incluindo isenções fiscais e financiamentos vantajosos, foram essenciais para modernizar e aumentar a competitividade do setor (Loureiro, 1981).

Principais destinos da soja paranaense

Com base na estratégia geopolítica de Ratzel (1906) sobre a posição e situação dos lugares e de Camille Vallaux (1928) sobre a localização territorial, o Paraná ocupa uma posição central no Brasil, conectando diferentes Estados e fazendo divisa com São Paulo, o principal centro econômico do país. Além de ser rota para turistas argentinos e paraguaios, suas rodovias são fundamentais para o transporte de suprimentos, incluindo grãos do Paraguai para o Porto de Paranaguá (Ipardes, 2024). A localização estratégica do Estado, associada a seus modais de transporte – ferrovias, rodovias e portos –, facilita a circulação de mercadorias e torna o Paraná um eixo logístico essencial para o escoamento da soja, consolidando sua importância no comércio internacional (Ipardes, 2024).

Quanto ao destino dessa produção, em 2023, a soja consolidou-se como o principal produto das exportações paranaenses, representando 23,5% do total vendido ao exterior. O Paraná exportou mercadorias para 215 destinos diferentes, com a China

se destacando como o maior comprador. O volume de exportações para o país asiático quase dobrou em relação a 2022, saltando de US\$ 3,6 bilhões para cerca de US\$ 7,1 bilhões. Isso representa um crescimento e demonstra as intenções das relações comerciais entre o Paraná e a China (Ipardes, 2024).

Em 2022, o Paraná teve importante papel nas exportações brasileiras, atingindo um volume total de US\$ 16,76 bilhões, com forte predominância do agronegócio. O complexo da soja manteve-se como o principal destaque, respondendo por 34,59% do total exportado, evidenciando sua importância na economia estadual (Deral, 2022).

A China consolidou-se como o maior mercado consumidor da soja paranaense, importando aproximadamente 4,09 milhões de toneladas, o que resultou em uma receita de cerca de US\$ 2,47 bilhões. Essa expressiva demanda está relacionada à necessidade do país asiático de suprir sua indústria de ração animal e produção de óleos vegetais (Ipardes, 2024).

Os Países Baixos ocuparam a segunda posição entre os principais destinos da soja do Paraná, adquirindo 658 mil toneladas, o equivalente a US\$ 346,8 milhões. A presença europeia nesse setor se justifica pelo uso da oleaginosa tanto na alimentação animal quanto na fabricação de biocombustíveis (Ipardes, 2024).

Já a Coreia do Sul figurou como o terceiro maior importador, com um volume de 549 mil toneladas e uma receita de US\$ 299,7 milhões. A demanda sul-coreana está atrelada ao setor agropecuário, que depende da soja como matéria-prima para ração animal e produtos alimentícios processados.

Esses números evidenciam a relevância do Paraná no mercado global de soja, reforçando sua posição como um dos principais exportadores brasileiros e destacando sua forte integração às cadeias produtivas internacionais.

A logística, sob a perspectiva dos pontos estratégicos, do controle territorial e do escoamento da produção, é fundamental para a administração do espaço. Jin e Li (2007) a definem como uma estrutura multifuncional que integra transporte, comércio, indústria e distribuição, garantindo serviços eficientes e impulsionando o crescimento econômico. Para otimizar esse processo, é essencial planejar a gestão do transporte, minimizando gargalos e reduzindo custos em escalas nacional e internacional.

Na geografia humana, a logística é analisada como um fator que influencia a circulação do capital e reorganiza o espaço geográfico, impactando o uso do solo (Silveira, 2011). Embora sua influência seja mais evidente no sistema capitalista, suas transformações territoriais ocorrem em diferentes modelos econômicos. Assim, além de viabilizar o transporte e o armazenamento, a logística se torna um elemento estratégico essencial para a competitividade econômica em múltiplas escalas (Silveira, 2011).

A logística em escala internacional viabiliza a interconexão global, influenciando a localização industrial, os padrões de comércio e o desenvolvimento regional por meio de portos, aeroportos e redes de transporte. No Paraná, a consolidação das rotas de circulação está ligada à expansão das frentes pioneiras e da produção de soja, conectando-se às regiões agrícolas do norte da Argentina e do Paraguai (Thery; Neto, 2023). Essa posição estratégica reforça seu papel como elo econômico entre o Brasil e os países vizinhos.

Um exemplo relevante são os portos do Arco Norte, que oferecem uma alternativa eficiente para o escoamento da soja, reduzindo congestionamentos e aproximando a produção do mercado asiático. No entanto, a expansão desse cultivo levanta preocupações ambientais, principalmente pelo risco de desmatamento em áreas de floresta tropical, destacando a necessidade de preservar os ecossistemas naturais (Silva, Souza; Oliveira, 2024).

A circulação, enquanto elemento geopolítico, é fundamental na configuração dos territórios contemporâneos, influenciando relações sociais e arranjos de poder em diversas escalas, impulsionada pelos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, como apontado por Camille Vallaux (1928).

Além de seu papel estruturante, é necessário considerar a visão de Gottmann (1952), que destacou a existência de espaços de resistência onde os fluxos encontram barreiras políticas, culturais, econômicas ou sociais. Esses espaços surgem a partir de identidades culturais distintas, interesses conflitantes ou políticas de controle territorial que limitam a mobilidade.

Ademais, os impactos da circulação sobre o território não são efêmeros, deixando marcas profundas que podem perdurar por décadas. Infraestruturas logísticas, padrões de ocupação do solo e dinâmicas econômicas moldadas pelos fluxos de

circulação frequentemente reconfiguram paisagens e relações de poder, consolidando novas territorialidades e redefinindo fronteiras geográficas e políticas.

Considerações finais

A expansão da produção de soja no Paraná ilustra a complexa interação entre território, geopolítica e globalização, evidenciando os desafios e contradições inerentes ao agronegócio contemporâneo. O Estado desempenha um papel central nesse processo, não apenas como um dos maiores produtores e exportadores de soja do Brasil, mas também como um território estratégico para a atuação de grandes corporações globais e cooperativas agroindustriais. Esses atores, ao reconfigurarem o espaço geográfico por meio de investimentos em infraestrutura e tecnologias, consolidam um "espaço corporativo" voltado para a otimização do fluxo de mercadorias e a maximização de lucros, em detrimento de interesses locais e da sustentabilidade ambiental.

A teoria da territorialização da soja ajuda a compreender como o território paranaense foi apropriado e transformado por agentes do agronegócio, impulsionados por pressões globais e demandas do mercado internacional. A construção de rodovias, portos e armazéns, aliada à modernização das técnicas de cultivo, permitiu a integração do Paraná às cadeias globais de commodities. No entanto, essa territorialização também reforçou a concentração de poder nas mãos de grandes corporações transnacionais e cooperativas, que dominam vastas áreas e controlam as etapas mais rentáveis da cadeia produtiva, marginalizando pequenos produtores e comunidades tradicionais.

Do ponto de vista da geopolítica do capital, o Paraná tornou-se um território estratégico para a acumulação de riquezas em escala global. As grandes corporações, muitas vezes com sede em países desenvolvidos, exercem influência significativa sobre as políticas públicas e as dinâmicas territoriais, redefinindo o espaço geográfico para atender às suas necessidades. Esse processo, no entanto, gera tensões socioespaciais, como a expulsão de comunidades locais, a degradação ambiental e a redução da diversidade produtiva, com cultivos tradicionais sendo substituídos por monoculturas voltadas à exportação.

Nesse contexto, o papel do Estado do Paraná é ambíguo. Por um lado, ele promove políticas de desenvolvimento e investimentos em infraestrutura que

impulsionam a produção e a exportação de soja, consolidando o Estado como um player global no mercado de commodities. Por outro, a flexibilização do controle ambiental e a priorização de interesses corporativos em detrimento de políticas sociais e ambientais mais inclusivas têm agravado problemas como a desigualdade territorial e a insustentabilidade do modelo agrícola.

Referências

AGNEW, J. **Geopolitics**: re-visioning world politics. Abingdon: Routledge, 2003. 168 p.

AGNEW, J. Sovereignty regimes: territoriality and state authority in contemporary world politics. **Annals of the Association of American Geographers**, London, v. 95, n. 2, p. 437-461, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.2005.00468.x>. Acesso em: 25 jan. 2025.

AGNEW, J. **Globalization and sovereignty**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2012. 216 p.

ALLEN, J. **Lost geographies of power**. Maine: Blackwell Publishers, 2003. 228 p.

ANTONSICH, M. Rethinking territory. **Progress in Human Geography**, London, v. 35, n. 3, p. 422-425, 2011. Disponível em: <https://colab.ws/articles/10.1177%2F0309132510385619>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BECKER, B. Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia. In: ANDRADE, E. B. (org.). **A geopolítica da soja na Amazônia**. Belém: Embrapa, 2005. p. 285-310.

BILBAO, A. P. Territorio: reflexiones acerca de los aportes de Ratzel, Gottmann, Lacoste y Raffestin en el desarrollo conceptual de las geografías contemporáneas. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, [S.I.], v. 33, n. 1, p. 4-15, 2024. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/100582>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BLUM, G. G. **Anel da (des)integração paranaense**: estado, rede logística e a governamentalidade da circulação no território no século XXI. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/39877>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BORGES, J. C. P.; CALAÇA, M. Desterritorialização: a ótica cultural do processo de modernização da agricultura em Goiás. **Anais do X EREGEO – Simpósio Regional de Geografia**. Abordagens geográficas do Cerrado: paisagens e diversidades. Catalão: UFG, 2007. p. 1-12. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/julio_cesar_pereira_borges. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRAUDEL, F. *The mediterranean and the mediterranean world in the age of Philip II*. San Francisco: University of California Press, 1995. 1.375 p.

BRENNER, N. Foucault's new functionalism. **Springer Nature**, London, v. 23, n. 5, p. 679-709, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/658092>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRENNER, N. Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. **Springer Nature**, London, v. 28, n. 1, p. 39-78, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3108505>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRZEZINSKI, Z. *The grand chessboard: american primacy and its geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books, 1997. 201 p.

BULHÕES, R. A. contribuição da soja para economia paranaense. In: STADUTO, J. A.; BRAUN, M. B. S.; SILVA, C. L. da; ROCHA JÚNIOR, W. F. da (org.). **Agronegócio e desenvolvimento regional**: reflexões sobre a competitividade das cadeias de produção paranaense. Cascavel: Edunioeste, 2007. p. 61-85.

CASTELLS, M. Technological change, economic restructuring and the spatial division of labor. In: **International Economic Restructuring And Territorial Community**. Nova Iorque: United Nations Industrial Development Organization, 1985. p. 87-83.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 700 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Soja**: séries históricas de produtividade. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Icone, 1985. 240 p.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.

ELIAS, D. Globalização e Agricultura no Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 23-33, 2002. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49202>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ELIAS, D. Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, [S.1.], v. 8, n. 8, p. 29-51, 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ELLIS, F.; BIGGS, S. La evolución de los temas relacionados al desarrollo rural: desde la década de los años ‘50 al 2000’. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147005.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **História da soja no Brasil**. 2017. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: 9 dez. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Soja em números (safra 2010/2011)**. Disponível em:
<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 10 set. 2024.

FAJARDO, S. A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná, Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 207-230, 2016.
Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/14355>.
Acesso em: 20 dez. 2024.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, B. M. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 109 p.

FERROESTE. **Página Inicial**. 2024. Disponível em: <https://www.ferroeste.pr.gov.br/>.
Acesso em: 12 ago. 2024.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 174 p.

GIDDENS, A. **Sociology**. Cambridge: Polity Press, 2009. 59 p.

GLACKEN, C. Review of Friedrich Ratzel: a biographical memoir and bibliography by H. Wanklyn, J. A. Steers y F. Ratzel. **Geographical Review**, v. 52, n. 3, p. 467-468, 2006.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200>. Acesso em: 23 dez. 2024.

GOTTMANN, J. **La politique des États et leur géographie**. Paris: A. Colin, 1952. 3 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity**: An enquiry into the origins of cultural change. Cambridge: Blackwell, 2001. 379 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal**. 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 dez. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: Ipardes, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Exportações do Paraná somam US\$ 15,9 bilhões nos oito primeiros meses de 2022**. Curitiba: Ipardes, 2022. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Exportacoes-doParana-somam-US-159-bilhoes-nos-oito-primeiros-meses->. Acesso em: 01 set. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico dos Municípios do Paraná**. Curitiba: Ipardes, 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Indicadores econômicos**: agropecuária: produção agrícola: Paraná. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indicadores-Economicos>. Acesso em: 2 set. 2024.

JOHNSON, R.; WICHERN, D. **Applied multivariate statistical analysis**. New Jersey: Sage, 1988. 170 p.

KAPLAN, R. **The revenge of geography**: what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate. Nova Iorque: Random House, 2009. 220 p.

KARL, T. L. The paradox of plenty: oil booms and petro-states. 3. ed. San Francisco: University of California Press, 2018. 380 p.

LEFEBVRE, H. **De l' État**. Paris: Union Générale, 1978. 200 p.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1978. 120 p.

LOUREIRO, M. R. G. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M. R. G. (ed.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

MACEDO, F. C.; JUNIOR, E. G. Padrão de reprodução do capital, território e infraestrutura de transportes: os casos de Santarém (PA) E Itaituba (PA). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 39, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55542>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MOÑIVAS LÁZARO, A. Epistemología y representaciones sociales: concepto y teoría. **Revista de Psicología General y Aplicada**, Madri, v. 4, n. 4, p. 409-419, 1994. Disponível em: <https://produccioncientifica.ucm.es/documentos/619ca60fa08dbd1b8fa0135c?lang=gl>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MUEHE, D. A contribuição de Camille Vallaux para a regionalização dos oceanos. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 52, p. 1-4, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/54890>. Acesso em: 14 jan. 2025.

NUNES, P. A.; PARRÉ, J. L. Dimensionamento do agronegócio paranaense: 2007. **Faz Ciência (UNIOESTE)**, Francisco Beltrão, v. 15, n. 22, p. 126-142, 2013. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/9150>. Acesso em: 14 jan. 2025.

OLIVEIRA, J. P.; IGLESIAS, M. P. As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. In: SOUZA LIMA, A. C.; BARROSO-HOFFMANN, M. (org.). **Estado e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 41-68.

PAASI, A. Territory. In: AGNEW, J., MITCHELL, K., Ó TUATHAIL, G. (Eds.). **A companion to political geography**. Malden: Blackwell, 2003. p. 109-122.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Panorama da soja no Brasil**. 2021. Disponível em: www.fao.org. Acesso em: 14 jan. 2025.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista De Ciências Sociais Econômicas**, Campina Grande, v. 24, n. 1, p. 10-22, 2006. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PINAZZA, L. A. **Cadeia produtiva da soja. Brasília**. Distrito Federal: MAPA-SPA, 2007. 116 p.

RATZEL, F. **Politische geographie**. München: Oldenbourg, 1893. 787 p.

RATZEL, F. Kleine Schriften von Friedrich Ratzel In: HELMOLT, H. (org.). **Kleine Schriften von Friedrich Ratzel**. Munique: Druck und Verlag, 1906. 626 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994. 94 p.

SANTOS, M. **O país distorcido**. O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. 224 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 206 p.

SASSEN, S. **Territory, authority, rights**: from medieval to global assemblages. Nova Jersey: Princeton University Press, 2006. 512 p.

SILVA, E. E. S.; SOUZA, M. M.; OLIVEIRA, A. L. R. Expansão da soja no Arco Norte: uma análise de correlação de indicadores socioeconômicos e produtivos. **Revista Cerrados**, Montes Claros – MG, v. 22, n. 2, p. 331-353, 2024. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/8297>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SORRE, M. Geografia. São Paulo: Ática, 1984. 192 p.

SOUZA, M; NASCIMENTO, C. A. Ocupações e rendas das famílias rurais e agrícolas no Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 112, p. 73-91, 2007. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/38>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SPYKMAN, N. J. **A geografia da paz**. São Paulo: Hucitec, 2020. 177 p.

THÉRY, H.; NETO, T. O. Geopolítica e circulação: eixos e articulações macrorregionais sul-americanos. In: AZEVEDO, D. A.; NOGUEIRA, R. **Geografia política**. Brasília: Universidade de Brasília; Caliandra, 2023. p. 215-230.

VALLAUX, C. **Géographie sociale**. Paris: Alcan, 1928. 25 p.

VIRILIO, P. **Guerra pura**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984. 116 p.

WORLD COOPERATIVE MONITOR. **Cooperativas**. 2023. Disponível em: <https://ica.coop/en/media/library/research-and-reviews-world-cooperative-monitor/world-cooperative-monitor-202>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Autores

João Matheus Afinovicz de Lima – É graduado e mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Atualmente é Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Endereço: Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), rua Simeão Varela de Sá, Vila Carli, Guarapuava, Paraná, Brasil, CEP: 85.040-080.

Márcia da Silva – É graduada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Atualmente é Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Endereço: Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), rua Simeão Varela de Sá, Vila Carli, Guarapuava, Paraná, Brasil, CEP: 85.040-080.

Elisa Pinheiro de Freitas – É graduada em Geografia, mestre e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Endereço: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Av. Getúlio Guaritá, 159, Nossa Senhora da Abadia, Uberaba, Minas Gerais, Brasil, CEP: 38.025-440.

Artigo recebido em: 02 de fevereiro de 2025.

Artigo aceito em: 29 de março de 2025.

Artigo publicado em: 15 de abril de 2025.